



ARTIGO

ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECA ESCOLAR: estudo de caso do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Paracambi-RJ**ACCESSIBILITY IN SCHOOL LIBRARY:** case study of the Institute of the library of the Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Paracambi-RJ

Cládice Nóbile Diniz

UNIRIO

Marcele do Nascimento Silva Tamashiro

IFRJ

Marcos Pastana Santos

IFRJ

Valéria de Almeida Peres

IFRJ

RESUMO

Estuda a acessibilidade da biblioteca escolar do Instituto Federal do Rio de Janeiro *Campus* Paracambi-RJ, entre janeiro e março de 2017, da ótica da Lei nº 13.146/2015 e da norma técnica brasileira NBR 9050:2015, quanto a aspectos arquitetônicos, urbanísticos e instrumentais. Objetiva investigar as condições de locomoção de usuários com deficiência em prol de seus acessos informacionais. A metodologia, de estudo de caso descritivo, opera com nove indicadores de ocorrência de barreiras desenvolvidos em relação ao entorno da biblioteca investigada, à sua entrada e a seus espaços internos, pisos, corredores, sanitários, balcões, mesas de consulta dos usuários e estantes. Apoiar-se em pesquisa documental, bibliográfica e de campo. O tratamento dos dados foi qualitativo. Resultou identificar a existência de barreiras e constatou que a solução do problema é alvo de esforços da administração da instituição, que busca resolvê-lo com equipamentos e obras, como a instalação de elevadores. Conclui que o método utilizado de estudo da acessibilidade por indicadores pode ser uma ferramenta de apoio à decisão útil a gestores de bibliotecas por permitir estabelecer critérios de prioridades em processos de mudanças em prol da acessibilidade.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Acesso Informacional. Acessibilidade. Barreiras arquitetônica e urbanística.

ABSTRACT

It studies the school library of the Federal Institute of Rio de Janeiro *Campus* Paracambi-RJ's accessibility, between January and March 2017, from the perspective of Brazil's Law No. 13146/2015 and its standard NBR 9050: 2015, as regard architectures, urbanities and instrumentals aspects. It aims to investigate the conditions of locomotion of disabled users in favor of their informational accesses. The methodology is a descriptive case study and operates with nine indicators of the occurrence of barriers relatives to the surroundings of the investigated library, its entrance and its internal spaces, floors, corridors, toilets, counters, users' desks and shelves. It is supported by documentary, bibliographical and field research. The data treatment was qualitative. It was identified the existence of barriers and found that the solution of the problem is the object of efforts of the institution's administration, which seeks to solve it with equipment and works, such as the installation of elevators. It concludes that the method used to study accessibility by indicators can be a useful decision support tool for library managers because it allows establishing criteria of priorities in processes of changes in favor of accessibility.

Keywords: School library. Informational Access. Accessibility. Architectural and Urbanistic Barrier

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Paracambi é localizada na área metropolitana do Estado do Rio de Janeiro à 78 quilômetros da capital, próxima a um entrave de grandes rodovias de acesso à região serrana e à região industrial do sudeste do país, vem se mantendo pequena, com aspectos rurais, contando em 2016 com 50.071 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE, 2016).

A sua população cresceu pouco mais de 5% desde 2010, quando foi realizado um recenseamento que informa haver, à época, 3350 pessoas que se autodeclararam com alguma dificuldade motora, quantitativo que é aproximadamente 6,8% da então população local. Destas, 868 delas tinham dificuldades de locomoção, necessitando de recursos de tecnologia assistiva que possibilitasse suas mobilidades. (IBGE, 2010).

Esses percentuais de pessoas com deficiência, que são, respectivamente, da ordem de 7% e 2% da população, isto é, em cada 100 pessoas, sete têm alguma dificuldade motora e duas, dificuldades de locomoção, da mesma forma do ocorrido com o crescimento populacional, não se alterou significativamente, conforme se constatou por observação empírica e participante. Essa constatação sugere, por inferência, ser razoável considerar-se que hoje há da ordem de 3.600 pessoas com alguma dificuldade motora e que, dessas, 950 têm dificuldades de locomoção. À primeira vista, esses números evidenciam quantitativos ínfimos em relação ao total da população, todavia são consideráveis em face de seus problemas, devido aos quais vêm conseguindo que sejam adotadas políticas públicas para atendê-las, de modo que os espaços sejam a elas acessíveis e que possam se locomover livres de barreiras. Desde 2015, não se deve valer-se de considerações de quantitativos para o provimento da acessibilidade a pessoas com deficiência. Após a promulgação da Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015) a acessibilidade é imperativa, independentemente da ocorrência efetiva de pessoa com deficiência, bastando a possibilidade latente de sua presença para ocorrer o dever de promovê-la sempre que for tecnicamente possível e viável econômica e financeiramente.

Essa Lei está direcionada a prover direitos às pessoas com deficiência. Mas, nem todas as pessoas que se autodeclararam com deficiência são amparadas por esse dispositivo legal que, no seu § 1º. do Art. 1º., exige que para terem essa condição legalmente reconhecida devem ser biopsicosocialmente avaliadas como “pessoa com

deficiência” por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar formalmente constituída. Para ser assim diagnosticada, deve ser constatado, conforme reza o Art. 2º. da mesma Lei, que ela tem um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, impedimento esse que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Vê-se, então, que na impossibilidade de se considerar todas as situações individuais possíveis de ocorrerem com os indivíduos, sujeitos de direito à acessibilidade que devem ter garantido seus acessos ao espaço público e de uma vez neste, que ele lhes sejam acessíveis nos aspectos em que se presta ao público, um caminho é se partir em busca de soluções às barreiras que existem nesse ambiente, viabilizando o seu aproveitamento por todos.

Considerando-se o espaço escolar, tem-se que ele deve ser acessível, por essa determinação legal, mesmo não havendo em uma instituição um único aluno ou servidor nessa situação e que nenhuma pessoa da população com deficiência possa vir em seus espaços transitar, ainda que seja para apenas obter informação em algum setor público e não nela a estudar ou trabalhar.

Pensar em outro modo pode implicar em considerações de discriminação, conforme alerta o Art. 4º. da citada Lei, pois segundo o § 1º. desse mesmo artigo, se considera discriminação, entre outros, a toda forma de restrição a pessoa com deficiência, inclusive se for o caso de omissão, que leve a ocasionar o impedimento do exercício dos seus direitos e de suas liberdades fundamentais, como o de ir e vir, que lhe deve ser proporcionado mesmo que para tal se tenha que fazer adaptações razoáveis e fornecimento de tecnologias assistivas (TA). (BRASIL, 2015).

Por outro lado, é difícil que as pessoas com deficiência consigam exercer os mesmos direitos que os demais nas condições de acessibilidade precária dos espaços que se verifica no cotidiano. Há necessidade de se adequar os espaços e suas estruturas caso se queira a acessibilidade. Isso enseja se questionar em que se apoiar para tornar um local acessível. Isso implica em uma nova área de conhecimento para os profissionais das instituições de ensino conhecer. E a Lei não se restringe ao layout do espaço. Ela determina que se considerem as adaptações razoáveis de serem realizadas e o uso de tecnologias assistivas.

Com o intuito de contribuir para esse saber, se decidiu desenvolver uma pesquisa objetivando se apresentar uma metodologia e alguns elementos importantes a serem considerados nas adaptações para prover a acessibilidade às bibliotecas escolares, da ótica da Lei nº 13.146/2015 e da norma técnica brasileira NBR 9050:2015, quanto a aspectos arquitetônicos, urbanísticos e instrumentais, em prol do acesso informacional de seus usuários, tomando para estudo de caso a biblioteca de uma instituição de ensino de Paracambi, o Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Paracambi-RJ (IFRJ Campus Paracambi-RJ).

2 JUSTIFICATIVA E METODOLOGIA

O entendimento das exigências legais é obrigação de todo cidadão e, entre os milhares de textos legais a que se está submetido, encontram-se a Lei nº 13.146/2015 e a legislação e normativas pertinentes à acessibilidade, que são bastante claras à área educacional por serem instrumentos voltados para a inclusão das pessoas. A garantia da acessibilidade arquitetônica e instrumental é primordial para que se possibilite o acesso igualitário aos espaços físicos a todos os indivíduos que deles fizerem uso, principalmente quando se trata de uma instituição de ensino como é o caso proposto.

As instituições de ensino devem se preocupar em tornar seus espaços físicos mais acessíveis e adequados conforme a legislação e as normativas, valendo-se dos padrões de qualidade estabelecidos e regulamentados por órgãos responsáveis, como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, de forma a atender às demandas diárias de público, que são os discentes, docentes, técnicos administrativos, familiares de alunos, visitantes, enfim, qualquer indivíduo que possa querer fazer uso dos espaços.

E a Lei não se restringe ao layout dos espaços e demais aspectos arquitetônicos, como banheiros adaptados; rampas e elevadores. Ela determina que se considerem as adaptações de realização razoável e o uso de tecnologias assistivas para tornar o ambiente acessível. Para uma biblioteca, implica em entender-se a problemática da movimentação de cadeiras de rodas em seus espaços ao dispor de estantes de biblioteca de pouca altura para permitir o acesso às obras bibliográficas; ao balcão de atendimento apropriado; a sinalizações de acessibilidade nos espaços públicos; e mouses adaptados, próteses, órteses e outros recursos, entre outros. Buscando contribuir para a

aprendizagem dessa nova área de conhecimento para os profissionais das instituições de ensino, se justifica a investigação proposta de estudo de caso da biblioteca do IFRJ *Campus* Paracambi-RJ, apresentando uma metodologia e elementos importantes a serem considerados nas adaptações para prover a acessibilidade quanto aos aspectos de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e outras, instrumentais, que como um todo, necessita de estudos. O *Campus* está instalado em uma construção inglesa do século XIX. Foi a primeira grande fábrica de tecidos de algodão do Brasil, inclusive, sua fachada foi tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional. Além do *Campus* do IFRJ outras instituições de ensino público fazem uso do espaço. A instalação do *Campus* ocupa três andares do primeiro prédio da Fábrica. Assim, sendo uma construção antiga, quando os critérios para a acessibilidade arquitetônica nem eram cogitados, a adaptação de tais espaços se torna essencial para que possam permitir a autonomia das pessoas com deficiências nesse espaço público.

A metodologia adotada foi a de estudo de caso descritivo de condições a serem atendidas para que venha a se prover acessibilidade arquitetônica à biblioteca do IFRJ *Campus* Paracambi-RJ em prol do acesso informacional de seus usuários. Apoiou-se em pesquisa documental, considerando-se a Lei nº 13.146/2015 e a norma técnica NBR 9050:2015; bibliográfica, considerando-se entre outros, Sasaki (2009) quanto à problemática da acessibilidade; Cambiaghi (2012) quanto ao Desenho Universal; e Gentil Junior (2016), quanto a critérios de análise da acessibilidade.

Gentil Junior (2016) apresenta uma metodologia em que cria indicadores a partir de se constar haver ou não o atendimento a quesitos da norma técnica brasileira NBR 9050:2015. A partir dessa ideia foi considerada para o caso desta pesquisa, seis indicadores de acessibilidade quanto a aspectos arquitetônicos e urbanísticos relativos ao entorno da biblioteca; à sua entrada; aos espaços internos; aos pisos; aos corredores e aos sanitários; e três de acessibilidade quanto a aspectos instrumentais, referente aos balcões, às mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da biblioteca e às estantes.

Assim, para a Acessibilidade quanto a aspectos arquitetônicos e urbanísticos considerou-se:

- Entorno da Biblioteca;
- Entrada da Biblioteca;
- Espaços internos da Biblioteca;
- Pisos da Biblioteca;

- Corredores da Biblioteca; e
- Sanitários da Biblioteca.
- Para a Acessibilidade quanto a aspectos instrumentais, considerou-se:
- Balcão de Atendimento da Biblioteca;
- Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca e;
- Estantes da Biblioteca.

No caso de atendimento à norma, o indicador recebe a consideração qualitativa que atende, correspondendo ao termo SIM; e, quando não atender ou atender parcialmente, o indicador é NÃO.

O resultado é tratado qualitativamente.

A pesquisa de campo aplicando os conhecimentos ao caso se realizou entre janeiro e março de 2017.

3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Sasaki (2009) considera que a acessibilidade possui seis dimensões, a saber: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Em especial, a acessibilidade arquitetônica, no campo da educação, é considerada relevante para Sasaki (2009), para a qual os seguintes aspectos são considerados:

Guias rebaixadas na calçada defronte à entrada da escola, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de mobílias e equipamentos etc. Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.). (SASSAKI, 2009, p.12).

O termo acessibilidade está relacionado, de uma forma geral, para com as pessoas com deficiência, razão porque se utiliza outro conceito, o de Desenho Universal, por ser este mais amplo, atendendo a todos os indivíduos, independente de apresentação de avaliação de equipes especializadas, pessoas essas que podem ter necessidade de

edificações acessíveis que demandem pouco esforço físico para seu acesso e uso, como expõe Cambiaghi (2012, p.74).

O conceito de Desenho Universal surgiu nos Estados Unidos, para se atender a demanda de todas as pessoas que tivessem alguma deficiência ou com necessidades especiais, explicando o autor acima citado:

São muitas as expressões empregadas com o sentido de desenho universal: projetar para todos, projetos para longevidade, respeito pelas pessoas, design para a diversidade e, ainda, arquitetura inclusiva ou sem barreiras. Todavia, os conceitos do desenho universal ou de projetar para todos são os que transmitem uma visão mais abrangente sobre o assunto e, portanto, garantem menor receio em sua aplicação. Isso porque, em lugar de concentrar os benefícios em apenas uma parte da população, tais conceitos expressam a noção de projetar para o maior número possível de pessoas (CAMBIAGHI, 2012, p.74).

De acordo ainda com Cambiaghi (2012) o primeiro padrão de Desenho Universal acessível foi do Instituto Nacional Americano de Padronização (*American National Standards Institute – ANSI*), em 1961, que embasou tecnicamente a legislação original americana sobre acessibilidade a partir da norma Especificações para a construção de edificações e facilidades de acesso e utilização por pessoas com deficiências e mobilidade reduzida (*“Specifications for Making Buildings and Facilities Accessible to and Usable by Physically Handicapped People”*), que determina as especificações técnicas para a construção de edificações com facilidade de acesso e uso para pessoas com deficiência.

No Brasil, a Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera a concepção de acessibilidade, desenho universal e adaptações razoáveis, nos incisos I, II e VI do Art. 1º., como, respectivamente, sendo:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva [...]

VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais. (BRASIL, 2015, documento eletrônico).

A perspectiva de acessibilidade para a pessoa com deficiência física depende, portanto, das considerações de desenho universal aplicadas ao caso do edifício ou do espaço público considerado.

4 ACESSO INFORMACIONAL

As bibliotecas têm como função a garantia de acesso aos recursos informacionais aos seus usuários e a biblioteca no ambiente escolar assume um papel primordial ao viabilizar um espaço de incentivo às práticas pedagógicas, promovendo a leitura, o letramento e o letramento informacional.

A leitura requer a presença de escrita a ser se processada, o que implica que é mister que o leitor tenha acesso ao seu material, que é uma das funções da biblioteca prover. Como agência de letramento, a biblioteca deve fornecer os meios para que seus usuários façam o uso social da escrita e da leitura, propiciando o desenvolvimento do letramento informacional, que se refere às competências que permitem ao indivíduo reconhecer a informação necessária, localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz. Mas para que a competência ocorra, a informação deve estar acessível. (SILVA, 2004).

As bibliotecas escolares devem possibilitar aos seus usuários o acesso aos serviços e produtos existentes, não somente pela determinação legal da Lei nº 13.146/2015, mas também considerando o seu entendimento fundador, das Leis da Biblioteconomia ditadas por Ranganathan (2009), matemático e bibliotecário indiano conhecido em sua terra natal como “Pai da Biblioteconomia”, que publicou em 1931 “As Cinco Leis da Biblioteconomia” que são: (1) os livros são para usar; (2) a cada leitor, seu livro; (3) a cada livro, seu leitor; (4) poupe o tempo do leitor; (5) a biblioteca é um organismo em crescimento. (RANGANATHAN, 2009).

Miranda e Miranda (2015, p. 5) sugerem que Ranganathan já ressaltava a importância da inclusão ao citar “As Cinco Leis da Biblioteconomia”, revelando que os livros eram para todas as pessoas independentemente das necessidades especiais que apresentassem.

Souza e Targino (2016, p. 15) reforçam tal afirmação ao analisarem a Primeira Lei que afirma que “os livros são para usar”, pontuando que essa lei apresenta questões

relacionadas ao acesso e à acessibilidade da comunidade usuária da biblioteca, até mesmo no que se refere às instalações:

Se as coleções existem para serem utilizadas, devem estar acessíveis em ambientes que permitam seu uso, incluindo os recursos de acessibilidade para quem mantém necessidades especiais, o qual, quase sempre, precisa contar com o uso de rampas, elevadores e aparatos semelhantes. (SOUZA; TARGINO, 2016, p. 15).

Na Segunda Lei da Biblioteconomia, que diz “A cada leitor o seu livro”, também se observa a proposta de que os livros são para todos, sem exceção, conforme citação a seguir:

O princípio da informação para todos põe por terra qualquer tipo de discriminação, e, sobretudo, favorece recursos educacionais aos excluídos socialmente, o que só é possível por meio da disseminação do conhecimento e da democratização do acervo (SOUZA; TARGINO, 2016, p. 18).

Acrescenta-se que, para Campos (1992), a Segunda Lei da Biblioteconomia evidencia o papel social da biblioteca e se preocupa com a oferta de condições de acesso à informação a todos indiscriminadamente, papel esse também presente na Terceira Lei da Biblioteconomia, na frase “A cada livro seu leitor”, argumentando que ela se refere ao respeito às necessidades de cada usuário.

Uma biblioteca acessível é o espaço que possibilita o uso por todos, segundo Ferrés (2006, p.21), por ter “[...]instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população”.

Os bibliotecários estão cientes da importância da biblioteca no ambiente educacional, destacando Tamashiro (2016) em dissertação de mestrado em biblioteconomia sobre pesquisa sobre acessibilidade em bibliotecas:

A biblioteca é responsável pelo fomento da leitura e a formação de uma atitude científica, formando o indivíduo para a aprendizagem contínua. Assim, a biblioteca não está à parte, não é um apêndice ou anexo do sistema educacional, e sim faz parte integral do mesmo. (TAMASHIRO, 2016, p.28).

É de suma importância salientar que para que a biblioteca cumpra a sua missão, o acesso físico deve se dar de maneira democrática. Bernardino e Suaiden (2011) apontam que é função das bibliotecas disponibilizar e oferecer serviços com base na igualdade de acesso a todos e isso deve ocorrer sem que haja distinção.

Diante dessas afirmativas tem-se a necessidade de se verificar as condições de acessibilidade das bibliotecas.

5 BIBLIOTECA ESCOLAR DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – IFRJ – CAMPUS PARACAMBI

A biblioteca escolar do IFRJ – Campus Paracambi, destacada para o estudo de caso, iniciou suas atividades no início do ano de 2008 e, como sugere a sua classificação, visa atender à demanda informacional de usuários de sua comunidade escolar, que é composta de cerca de 669 alunos matriculados nos cursos técnicos de Eletrotécnica e Mecânica, 77 docentes e 53 técnicos administrativos da educação. Para esse atendimento, que ocorre no horário de funcionamento das 8h às 20h, de segunda à sexta-feira, atualmente conta com cinco servidores, dois bibliotecários-documentalistas, três auxiliares de biblioteca e uma estagiária de biblioteconomia.

O seu acervo é composto por cerca de 5.000 exemplares, que englobam assuntos das áreas de conhecimento que são abrangidas pelas disciplinas integrantes da grade curricular dos cursos técnicos da instituição, entre os quais estão incluídos também publicações das áreas de Educação, Filosofia, Literatura, História, Sociologia, Biologia e Geografia, que se constituem em um acervo considerável. A biblioteca disponibiliza para seus usuários, três salas de estudo em grupo, oito baias para estudo individualizado, oito computadores conectados à internet para realização de pesquisas e 44 lugares no salão da biblioteca, disponíveis para estudo e consulta.

Quanto aos serviços, oferece para seus usuários os seguintes: Serviço de empréstimo local e domiciliar; Serviço de pesquisa bibliográfica na base de dados do acervo; e Serviço de emissão de “nada consta”, para alunos que fazem requerimento de conclusão de curso, trancamento de curso ou mudança de *campus*.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O resultado da pesquisa de campo se dá por meio da análise da acessibilidade da Biblioteca do IFRJ – *Campus* Paracambi por meio dos nove indicadores, que são:

1. Quanto à Acessibilidade em aspectos arquitetônicos e urbanísticos:

1. 1. Entorno da Biblioteca;
1. 2. Entrada da Biblioteca;
1. 3. Espaços internos da Biblioteca;
1. 4. Pisos da Biblioteca;

1. 5. Corredores da Biblioteca; e
1. 6. Sanitários da Biblioteca.
2. Quanto à Acessibilidade em aspectos instrumentais:
 2. 1. Balcão de Atendimento da Biblioteca;
 2. 2. Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca e;
 2. 3. Estantes da Biblioteca.

6.1 DA ACESSIBILIDADE EM ASPECTOS ARQUITETÔNICOS E URBANÍSTICOS

6.1.1 O Entorno da Biblioteca

O entorno da biblioteca requer que se opere o primeiro indicador a ser verificado. A biblioteca está localizada no segundo andar do prédio da Rua Sebastião de Lacerda, s/n - Centro, Paracambi - RJ, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro - RJ, que é apresentado na fotografia 1.

Fotografia 1 - IFRJ – Campus Paracambi



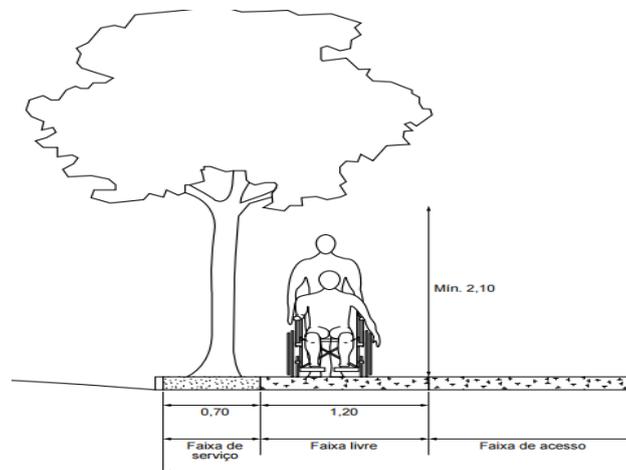
Fonte: Os autores, 2017.

O percurso entre o ponto de ônibus (embarque/desembarque) até o Instituto é repleto de obstáculos, como pode se observar já desde o calçamento. A calçada não possui espaço apropriado para locomoção da pessoa com deficiência física que utiliza cadeira de rodas, possuindo 1,16 m de largura e 1,90 m de altura livre, como demonstra a fotografia 2.

Fotografia 2 - Calçada que dá acesso ao Instituto

Fonte: Os autores, 2017.

As calçadas não possuem um adequado rebaixamento de meio-fio e estão desgastadas, com buracos e obstáculos, estando em desacordo como o previsto nas normas da ABNT NBR 9050:2015, que determina uma faixa livre de passeio livre de obstáculos e com no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1 – Faixas de uso da calçada

Fonte: ABNT, 2015, p. 75.

Em relação ao transporte público no entorno do IFRJ – *Campus Paracambi*, não é possível afirmar que seja acessível, visto que as linhas de ônibus que circulam ao redor não possuem o Símbolo Internacional de Acesso (SIA).

Outro fato que chama atenção são os semáforos, a NBR 9050 determina que eles devem situar-se entre 0,80 m e 1,20 m de altura do piso acabado, o tempo de travessia de pedestres deve estar adequado à marcha de pessoas com mobilidade reduzida de 0,4 m/s e devem estar equipados com mecanismos e dispositivos sincronizados que contenham sinais visuais e sonoros e isso não foi observado em sua totalidade.

No caso do acesso de pessoas com necessidades especiais, observa-se nas fotografias 3 e 4 que é um caminho longo, mas pelo menos um deles é relativamente acessível, que é o primeiro apresentado a partir da esquerda, na fotografia 3. É importante salientar que o *campus* possui estacionamento e o mesmo dispõe de vaga destinada a PNE com sinalização de acordo com o SIA.

Fotografias 3 e 4 – Caminhos de acesso ao IFRJ - Paracambi



Fonte: Os autores, 2017.

Após o trajeto identificado anteriormente, se chega ao prédio no qual a biblioteca está localizada, mas se faz necessário o uso da escada apresentada na fotografia 5.

Fotografia 5 – Escada para acesso ao prédio



Fonte: Os autores, 2017.

O Instituto funciona no referido prédio, desde o ano de 2007, porém o *campus* apresenta restrições críticas de mobilidade, como essas escadas, que até o momento é o único meio de acesso aos andares, tornando-se inviável a circulação de pessoas em cadeiras de rodas e um problema para que as demais pessoas com mobilidade reduzida possam transitar com facilidade. Cabe acrescentar que já foi providenciada a instalação de elevadores, mas ainda não estão em funcionamento, mas não se sabe ainda se atendem aos requisitos das normas aplicáveis como a entrada, as rampas, a áreas de giro, a largura de porta, dentre outras.

Analisado o entorno da biblioteca, verificar-se-á o próximo indicador, que é quanto à entrada da biblioteca.

6.1.2 A Entrada da Biblioteca

O acesso principal à biblioteca é realizado por uma porta com dimensões de 0,75 m de largura por 2,10 m de altura, não estando de acordo com o que prevê a ABNT que são no mínimo 0,80 m de largura e 2,10 m de altura. A biblioteca possui, também, Sistema Anti-furto, com antenas detectoras de etiquetas. A medida do vão livre entre as antenas é de 0,76 m, o que implica que não está de acordo com as especificações da NBR 9050:2015 (ABNT, 2015).

A porta possui abertura para a parte interior, mas o ideal seria que a maçaneta fosse do tipo alavanca, permitindo a abertura com um único movimento. A altura da maçaneta está a 0,98 m do chão, dentro das especificações da citada norma (2015) (ABNT, 2015).

A porta também possui um visor, conforme demonstra a fotografia 6, cuja altura não possibilita detectar pessoas de baixa estatura, pessoas em cadeiras de rodas, o que pode gerar colisões na entrada e saída do recinto, apesar do espaço livre de entrada visto na figura 7.

Fotografias 6 e 7 – Porta de entrada da biblioteca, fechada e aberta

Fonte: Os autores, 2017.

A NBR 9050:2015 também recomenda que as portas devam apresentar em sua parte inferior, no lado oposto ao lado da abertura, revestimento resistente à impactos ocasionados por muletas, bengalas e cadeiras de rodas, até a altura de 0,40 m a partir do piso, aspecto, também, que não fora observado na porta de entrada da biblioteca. Realizada a análise do entorno e entrada da Biblioteca, o próximo indicador a ser considerado é o relativo aos espaços internos da biblioteca (ABNT, 2015).

6.1.3 Os espaços internos da Biblioteca

Nem todas as áreas da biblioteca possuem rotas acessíveis. A sala de processamento técnico é um exemplo, cujo vão livre é de apenas 0,58 m, fato que dificulta a locomoção de uma Pessoa em Cadeira de Rodas (P.C.R) e Pessoa com Mobilidade Reduzida (P.M.R), como mostra a fotografia 8.

Fotografia 8 – Sala de Processamento Técnico

Fonte: Os autores, 2017.

As especificações dos espaços internos da biblioteca não atendem as especificações da NBR 9050:2015, que preconizam:

9.3.1.2 As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem garantir um M.R. posicionado para a aproximação frontal. Deve ser garantida ainda circulação adjacente que permita giro de 180° à P.C.R.

9.3.1.3 As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.

9.3.1.4 Deve ser assegurada altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,50 m, de modo que a P.C.R. tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície. (ABNT, 2015, p. 119).

Além da NBR 9050:2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 06 de julho de 2015 prevê em seu artigo 34 que “as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são **obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos**”. (BRASIL, 2015, grifo nosso). Após analisar os espaços internos da biblioteca, o próximo indicador se refere ao piso.

6.1.4 Pisos da Biblioteca

O que chama atenção no piso da biblioteca é que seu revestimento pode gerar risco por não ser antiderrapante, como mostra a fotografia 9. Entretanto, não há empecilhos à mobilidade em cadeiras de rodas.

Fotografia 9 – Piso e corredor da biblioteca



Fonte: Os autores, 2017.

Sendo que a norma prevê:

6.3.2 Revestimentos. Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado). (ABNT, 2015, p. 55).

A NBR 9050:2015 ainda cita critérios relacionados a existência de capachos, forrações, carpetes tapetes, mas não se aplicaram à análise da acessibilidade da biblioteca. Porém, não há sinalização visual e tátil no piso.

6.1.5 Corredores da Biblioteca

Sobre aos corredores, a NBR 9050:2015 expõe que os mesmos devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. As larguras mínimas são de 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m. Já para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m a largura mínima deve ser de 1,20 m. Corredores com extensão superior a 10,00 m a largura mínima deve ser de 1,50 m. Sendo que 1,50 m para corredores de uso público e maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas (ABNT, 2015).

Considerando as especificações de largura mínima dos corredores, a biblioteca não consegue atender de forma plena, uma vez que a largura existente é de 1,76 m, porém quando as cadeiras estão sendo utilizadas pelos usuários, acabam se tornando obstáculos para o percurso de pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com cadeiras de rodas.

6.1.6 Sanitários da Biblioteca

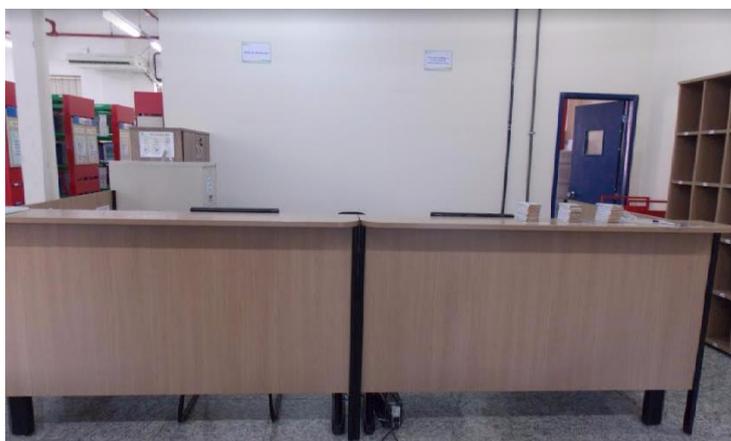
No que se refere aos sanitários, no andar da biblioteca existem sanitários, mas não estão de acordo o previsto na NBR 9050:2015 (ABNT, 2015). No prédio não existem sanitários com a sinalização internacional de acessibilidade.

6.2 DA ACESSIBILIDADE QUANTO A ASPECTOS INSTRUMENTAIS

6.2.1 O balcão de atendimento

Sobre a acessibilidade instrumental, o balcão de atendimento é o primeiro indicador a ser analisado. A NBR 9050:2015 em seu item 9.2.1.4 cita que os balcões de atendimento acessíveis devem possuir altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso, assegurando a altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m de modo a permitir a aproximação frontal ou lateral de modo que a P.C.R tenha a possibilidade de avançar sob o balcão. O balcão da biblioteca, apresentado na fotografia 10.

Fotografia 10 – Balcões de atendimento



Fonte: Os autores, 2017.

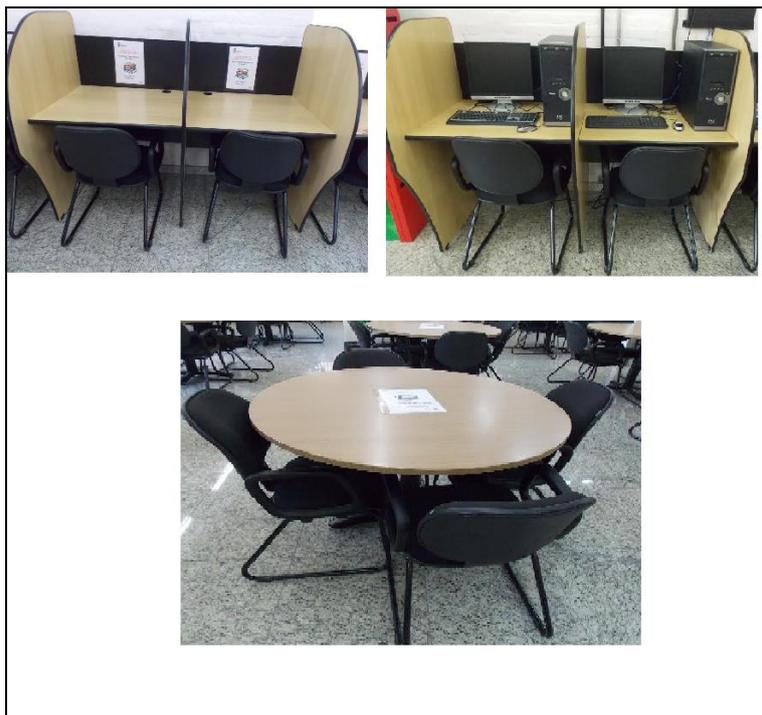
Os balcões da biblioteca analisada, possuem 1,15m de altura e também não atendem as demais especificações, inviabilizando a acessibilidade física aos mesmos (ABNT, 2015).

6.2.2 As mesas de estudo e terminais de consulta

As mesas de estudo também merecem atenção, quanto a acessibilidade, principalmente no ambiente da biblioteca escolar. A NBR 9050:2015, item 10.16.2 prevê que pelo menos 5% das mesas de estudo, devam ser acessíveis, bem como possibilitar que outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade (ABNT, 2015).

As mesas de estudo da biblioteca do IFRJ *Campus* Paracambi atendem as normas no que se refere à altura e profundidade, mas na distância entre mesas não atende, uma vez que foi verificado em alguns pontos a largura inferior a 0,50 m quando a biblioteca está com muita demanda e a norma estabelece que seja no mínimo 0,80 m. A fotografia 11 ilustra os móveis referenciados.

Fotografia 11 – As mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca



Fonte: Os autores, 2017.

Os terminais para consulta com acesso à internet e as baias para estudo individual atendem as especificações citadas (ABNT, 2015).

6.2.3 As estantes

Viabilizar a circulação entre as estantes e a utilização de maneira autônoma do acervo da biblioteca também é essencial para a acessibilidade. A NBR 9050:2015 determina em seu item 10.16.3 que a largura livre nos corredores entre estantes de livros deve possuir, no mínimo, 0,90 m e que nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas (ABNT, 2015). Porém, tais especificações não correspondem às da realidade da biblioteca analisada, conforme está indicado na seta na fotografia 12.

Fotografia 12 – Estantes da Biblioteca

Fonte: Os autores, 2017.

A Biblioteca não contemplou as especificações da NBR 9050:2015 que para este espaço exige, no mínimo, 0,90 m (ABNT, 2015). A altura das prateleiras também não atende às faixas de alcance manual e os parâmetros visuais de pessoas em cadeira de rodas. Na realidade o espaço é reduzido até para os demais usuários em geral.

6.3 O CONJUNTO DE INDICADORES

O conjunto de indicadores obtido é apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Resultados do estudo de ocorrência de acessibilidade

INDICADOR	Resultado	
	SIM	NÃO
1. Quanto à Acessibilidade em aspectos arquitetônicos e urbanísticos:		
1. 1. Entorno da Biblioteca;	-	X
1. 2. Entrada da Biblioteca;	-	X
1. 3. Espaços internos da Biblioteca;	-	X
1. 4. Pisos da Biblioteca;	-	X
1. 5. Corredores da Biblioteca; e	-	X
1. 6. Sanitários da Biblioteca.	-	X
2. Quanto à Acessibilidade em aspectos instrumentais:		
2. 1. Balcão de Atendimento da Biblioteca;		X
2. 2. Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca		X
2. 3. Estantes da Biblioteca.	-	X

Fonte: Os autores, 2017.

Em resumo, o resultado aponta que o entorno do *Campus* revela a existência de obstáculos no calçamento, falta de acessibilidade nos meios de transporte, nas sinalizações externas. A biblioteca está localizada no segundo andar do prédio e o acesso se dá por meio de escadas, dificultando e até mesmo inviabilizando o acesso de pessoa em cadeira de rodas, bem como das demais pessoas com alguma restrição de mobilidade. A porta de entrada da biblioteca e alguns mobiliários precisam ser revistos, bem como os sanitários do prédio.

No entanto, apesar das barreiras para a acessibilidade em aspectos físicos, sejam eles arquitetônicos e urbanísticos ou instrumentais, percebe-se que esforços estão sendo feitos pela administração da instituição para a melhoria dos espaços, principalmente para o atendimento às exigências da acessibilidade, como a instalação de elevadores e a criação e sinalização de vagas acessíveis no estacionamento.

Observa-se que o método permite aos administradores da instituição criarem inclusive critérios de prioridades para mudanças.

7 CONCLUSÃO

A pesquisa tratou-se de um estudo de caso de acessibilidade de uma biblioteca escolar, a do IFRJ *Campus* Paracambi-RJ, quanto a aspectos arquitetônicos, urbanísticos e instrumentais da ótica da Lei nº 13.146/2015 e da NBR 9050:2015, onde considerou-se os indicadores propostos por Gentil Junior (2016) a partir dos critérios dessa norma técnica.

Observou-se que apesar das barreiras quanto a acessibilidade física e instrumental encontradas, percebe-se que esforços estão sendo feitos para a melhoria dos espaços, principalmente para o atendimento às exigências da acessibilidade, como a instalação de elevadores, sinalização de vagas acessíveis no estacionamento da escola.

As mudanças estão sendo realizadas para atender as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Não pode deixar de ser levado em consideração que para os projetos de acessibilidade serem concretizados, é necessário o interesse do administrador público e da contratação de profissionais da construção civil e arquitetos, que ofereçam suporte técnico para acolher as necessidades da população com deficiência física.

Essas ações requerem a busca de diversas soluções, que vão desde um elevador, passando por transporte acessível, ruas sinalizadas, acessibilidade atitudinal pelos membros da comunidade escolar. É fundamental a compreensão holística da dificuldade

encontrada pela pessoa com deficiência física está em todo espaço público. Faz pouco tempo que se começou no Brasil, as empresas a procurar atender a legislação sobre acessibilidade. As regras de acessibilidade se não forem cumpridas na sua integridade, o espaço público, está relegando ao outro, a possibilidade de inclusão social. Com o paradigma de construção civil do século passado, nem todos podem ter acesso ao local, pois até então não se pensava em desenho universal. Acessibilidade quanto a aspectos arquitetônicos, urbanísticos e instrumentais não se resume a atender os códigos de obra e a normalização técnica, visa a construção de edificações e espaços e a produção de seus mobiliários, equipamentos e instrumentos inclusivos, que atenda bem às necessidades de todas as pessoas.

Finalmente, concluiu-se que o método permite aos administradores da instituição estabelecer critérios de prioridades para mudanças em prol da acessibilidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p.45-52, out. 2011. Trimestral.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015a. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 29 jan. 2017.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal**: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 3.ed. São Paulo: SENAC, São Paulo, 2012.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional**. 1992. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em:<<http://www.conexaorio.com/bitl/mluiza/index.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp, 2006. cap.4, p.21-32.

GENTIL JUNIOR, Jorge Sebastião. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade**: o caso da Biblioteca de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/jorge-sebastiao>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: resultados da amostra – pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330360&idtema=92&search=rio-de-janeiro%7Cparacambi%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-da-amostra-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016**. 2016. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf. Acesso em: 31 mar. 2017.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. Bibliotecas universitárias e a acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 04 - 19, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/download/24226/17831>>. Acesso em: 03 set. 2016.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Brique de Lemos, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Reação**, São Paulo, Ano 12, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, Monica do Amparo. **Biblioteca escolar**: uma reflexão sobre a literatura. In: III Seminário Biblioteca Escolar: Espaço de Ação Pedagógica. Belo Horizonte. 22 a 24 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/324.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

SOUZA, Maria Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cinco Leis da Biblioteconomia/ Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v.3, n.1, p.11-29, jan./abr. 2016.

TAMASHIRO, Marcele do Nascimento Silva. **Acessibilidade arquitetônica sob o prisma da biblioteca escolar do IFRJ – Campus Rio de Janeiro**: a garantia da igualdade na diversidade. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOBRE OS AUTORES

Cládice Nóbile Diniz

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

E-mail: cladice.diniz@unirio.br

Marcele do Nascimento Silva Tamashiro

Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

E-mail: marcele.tamashiro@ifrj.edu.br

Marcos Pastana Santos

Mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador de Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

E-mail: marcos.pastana@ifrj.edu.br

Valéria de Almeida Peres

Especialista em Biblioteconomia e Gestão de Bibliotecas Escolares pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Técnico Administrativo em Educação do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ).

E-mail: valeria.peres@ifrj.edu.br

Recebido em: 15/03/2017; **Revisado em:** 11/04/2017; **Aceito em:** 16/05/2017.

Como citar este artigo

DINIZ, Cládice N. *et al.* Acessibilidade em biblioteca escolar: estudo de caso do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Paracambi-RJ. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, p. 136-159, out. 2017.